



Anais da Assembléia

Nº 153

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 227ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Senhor Paulo Camargo, secretaria pelos Senhores Deputados Fabiano Braga Cortes e David Federman.

Às catorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Mesias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Dácio Leonel, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Luiz Roberto Soares e Otássio Pereira (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 48 Srs Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 25/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 197/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, objetivando a realização de exposição de produtos agropecuários no referido município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CAIC. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra amanhã, dia 26, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 25/75.
Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 228ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel,

Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Mesias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Dácio Leonel, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Luiz Roberto Soares e Otássio Pereira (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os nºs 269 e 270/75, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, os Projetos de Lei nºs:

257/71: Do Senhor ex-Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa, que visa autorizar o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o município de Icaraíma e Ivaté, em um trecho aproximado de 20 quilômetros. — **A Comissão de Constituição e Justiça.**

05/75: Do Senhor Deputado Benedito Lúcio Machado, que visa autorizar o Poder Executivo a construir uma ponte de concreto sobre o rio Jacaré, na estrada que liga o município de Santo Antonio da Platina ao município de Barra do Jacaré. — **A Comissão de Constituição e Justiça e ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Do Senhor Victor Hilário de Paz, Presidente da Assembléia Legislativa do Pará, no qual comunica a aprovação da Proposição nº 1175/75, de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Melo. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor João Chalbaud Biscaia, Presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná, comunicando o interesse de que se reveste o projeto nº 150 (reformulação parcial da lei do ICM). — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho, solicitando regime de urgência para o projeto de Lei nº 62/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas,

gativas regimentais, solicita de V. Exa. após ouvido o plenário, seja consignado em ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Estevão Skorek, ocorrido no município de Dois Vizinhos.

Outrossim, solicita-se que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1975.

a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O Professor Estevão Skorek, Inspetor de Ensino, era radicado a longa data no município de Dois Vizinhos, exercendo funções relevantes dentro da educação à qual dedicou uma vida inteira de profícuo trabalho, o que lhe grangeou a estima e admiração do magistério e de toda a comunidade, pois tratava com carinho e ampla visão os problemas afetos a sua função.

Associamo-nos desta forma às manifestações de pesar pelo seu desaparecimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro regimentalmente, a consagração na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de regozijo pela fundação no último dia 23, em Foz do Iguaçu, da Associação das Emissoras de Rádio Difusão do Paraná, quando, naquele município estiveram presentes representantes de mais de cinquenta emissoras do Estado.

Na ocasião ficou estabelecido que o Estado seria dividido em quatro regiões, com o objetivo de dinamizar a nova entidade, a saber: Oeste-Sudoeste; Centro-Sul; Norte-Noroeste e da Capital, sendo eleitos como presidente o Sr. Agostinho Seleski, e como vice o Dr. Ervin Bonkoski.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos dirigentes da nova entidade, em sua sede provisória na Praça Generoso Marques, 90 - Galeria Andrade, Edifício Cláudia, 1º andar, cumprimentando-os pela iniciativa.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Em data de 15 de novembro último, em Assembléia Geral, realizada na Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida, de Arapongas, ficou constituída a SOCIEDADE EDUCACIONAL CENTRO-NORTE DO PARANÁ - SECENP, que será dirigida por Conselho Diretor sob a Presidência de Dom Romeu Alberti, Bispo de Apucarana, ficando os demais cargos com os senhores monsenhor Arnaldo Beltrani (vice-presidente), padre Antonio José de Almeida (diretor presidente), Jair Ribeiro (vice-diretor presidente), Vani Linha e Francisco Marcos Penacchi (secretários), José Luiz Viezzi e Carlos Aparecido Astuti (tesoureiros); o Conselho Fiscal da entidade é constituído por Wanderlei Carlos Sartori, Alcides Vicente e José Vieira (efetivos), além de João Polisel de Sá, Nicolas Moraes e Eli Olak (suplentes).

A nova entidade manterá, administrará e dirigirá as instituições destinadas a constituir um Centro de Estudos Superiores no Centro-Oeste do Paraná, tendo por objetivo principal a formação da futura Universidade Católica do Norte do Paraná - UNICANP.

A iniciativa contou com o apoio global do município de Arapongas, formalizado pelo seu Prefeito Municipal, Dr. Waldyr Pugliesi, coonestado pela Câmara de Vereadores e demais autoridades representativas da Sociedade local, repercutindo em todo o Estado pelo incomensurável alcance de tão arrojada iniciativa.

Daí, ao se consignar tão importante ato nos Anais desta Augusta Assembléia, pedir-se que o Poder Legislativo manifeste

seu regozijo sobre o mesmo, pelo voto de seus ilustres membros.

Aprovado o "voto de regozijo", pede sejam feitas comunicações a respeito aos Senhores Ministro da Educação, Governador do Estado do Paraná, Secretário da Educação e Cultura, à Cúria Diocesana de Apucarana, aos Prefeitos Municipais e Câmara de Vereadores de Arapongas e Apucarana, e aos dirigentes da Instituição.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Muito se tem comentado sobre a lamentável moção aprovada recentemente pela ONU, que compara o sionismo ao racismo, atingindo um nível absurdo sem precedentes na história das relações internacionais.

A imprensa brasileira foi unânime em manifestar sua estranheza pelo voto anti-sionista da diplomacia brasileira consagrado nas Nações Unidas, principalmente por ser o Brasil um país sem divisões entre raças, onde inclusive convivem pacífica e construtivamente árabes e judeus.

Os nossos jornais através de editoriais expressivos, têm procurado esclarecer a opinião pública sobre o que é realmente sionismo e a impossibilidade absoluta de ser confundido com qualquer forma de racismo. Tem dado ênfase especial ao fato de ser ele um movimento de substrato religioso e filosófico com o objetivo de devolver aos judeus o lar ancestral, em que se transformou o Estado de Israel.

Em uma de suas últimas edições o prestigioso órgão de nossa imprensa "O Estado do Paraná" publicou matéria de autoria do Gal. Iberê de Mattos, em que este brilhante articulista, analisa com muita propriedade o importante assunto.

Porisso o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que esta Presidência com a devida aprovação do plenário, transcreva nos Anais desta Casa, o artigo SIONISMO E RACISMO, de autoria de Iberê de Mattos, publicado no jornal "O Estado do Paraná" em 20 de novembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve na forma regimental, após ouvir o douto plenário requer, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, General Alcindo Pereira Gonçalves, que tomem medidas urgentes e punitivas contra os criminosos dos indefesos, e que faça uma devassa total, contra aqueles, que são julgados donos dos inocentes. Não deve atingir a devassa somente às parteiras, e sim aos profissionais, que visam este método de aborto ilícito e contra à Lei.

Os "fetos" encontrados, são também filhos de Deus e nossos irmãos.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer a Vossa Excelência, que após manifestação do plenário, seja inserido em ata dos traba-

lhos da Casa e enviado ao Deputado Fernando Gama, da representação paranaense na Câmara Federal, voto de aplauso pela sua posição e iniciativa para criar CPI no sentido de investigar comportamento do Banco Nacional de Habitação com relação ao sistema financeiro de habitação, deficiente, distorsivo e contrário ao sentido que inspirou a política habitacional do Brasil, pois a atuação está distanciada da realidade e fora do alcance das camadas sociais, carentes de recursos, para obtenção de moradia própria.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, ouvida a Casa, requer a Vossa Excelência, seja endereçado expediente ao Diretor Regional do Funrural, Senhor Renato C. Ferreira, reiterando apelo formulado através desta Casa, em data de 26 de agosto de 1975, no sentido de ser restabelecida a Representação do Funrural, na cidade de Palmeira.

Ocorre, que essa Representação, injustificavelmente extinta, está causando uma série de problemas à classe naquela região, que para solução dos seus problemas ligados ao Funrural, é obrigado a se locomover à Campo Largo, numa verdadeira romaria semanal, fato que vem sendo motivo de justos protestos tal é o desacerto da medida, conforme já se salientou anteriormente, razão porque a providência solicitada não pode ter retardamento.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Gen. Dirceu Araujo Nogueira, DD. Ministro dos Transportes, ao Exmo. Sr. Dr. Osiris Stenghel Guimarães, DD. Secretário de Estado dos Transportes e ao Exmo. Sr. Dr. Ademar Ribeiro da Silva, DD. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, solicitando-lhes seja construído um viaduto na BR-369, conectando com o trevo de entroncamento na entrada da cidade de Corbélia, no local onde saem em comum as estradas para Braganey, Samália, Iguatu e Anahy.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1975.

JUSTIFICATIVA:

A rodovia Campo-Mourão - Cascavel, no trecho que passa pela cidade de Corbélia, bloqueou, com seu aterro, uma via já existente que a cortava, obrigando que veículos e transeuntes se desloquem para um ponto situado vários metros acima, a fim de transporem a BR-369.

Pela intensidade do trânsito de veículos e movimento contínuo de pedestres que fazem uso daquela precária passagem, levando-se em consideração, ainda, que esse mencionado trecho da BR-369, está em fase de reinício dos trabalhos para sua conclusão, o momento nos parece oportuno para tratar dessa reivindicação dos habitantes de Corbélia.

A viabilidade da construção dessa obra, deve ser considerada na razão direta do uso que dela será feito. Partindo-se dessa premissa e considerando que a sua utilização será imediata, favorecendo amplamente o tráfego da nova rodovia, além de oferecer segurança a todos aqueles que se servirem do viaduto e trevo, a sua construção certamente será autorizada.

Nesse sentido, solicitamos aos setores competentes seja dada a devida atenção que o problema merece, a fim de que se concretize o melhoramento pretendido.

Além das razões municipais, impõem-se, ainda, a realização dessa obra pelo fato de ser a referida via a única e natural saída para os distritos de Braganey, Iguatu, Samália e Longuinópolis, que se constituem ponto nevrálgico da economia equacionada pela grande produção agro-pecuária.

Por outro lado, essa rodovia é o único caminho que liga os municípios de Cascavel - Corbélia - Nova Aurora e Formosa do Oeste e outros aos de Campina da Lagoa, Nova Cantu, Roncador, Palmital e região Central paranaense.

Nestas condições, a população regional faz um veemente apelo para que essa reivindicação se torne realidade.

a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar a imediata sustação de todos os executivos fiscais em andamento, oferecendo aos devedores conhumanitárias de composição e parcelamento dos débitos, mediante a prestação de garantia real.

A providência objeto do presente apelo justifica-se não apenas pela proximidade das festas natalinas, quando é tradicional obter-se indultos e benevolências dos governantes, mas também porque tramita por esta Assembléia mensagem do Senhor Governador alterando a legislação do ICM, com a redução da multa de 100 por cento para 60 por cento.

Essa mensagem, que certamente será aprovada com brevidade, porque justa, terá força de lei ainda este ano e, evidentemente, terá efeito retroativo, uma vez que em matéria fiscal aplica-se sempre a norma mais benéfica.

Desta forma não faz justiça ao contribuinte que foi instado por campanha a pensar no ICM "com amor", que se prossiga nessa verdadeira "blitz" executória enquanto se altera, por proposta do próprio Governo que a considerou excessivamente drástica, a lei que permitiu a ação judicial.

Confiemos em que nosso apelo será prontamente atendido, por encontrar amparo na Justiça e no bom senso.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1975.

a) OSVALDO MACEDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvido o plenário, o envio de ofício ao Senhor Presidente da Empresa Paranaense de Turismo, apelando no sentido da inclusão das solenidades e festejos de Nossa Senhora dos Navegantes, que vem sendo realizadas anualmente na cidade de Porto Rico, no calendário turístico paranaense.

JUSTIFICATIVA:

Realizada já durante 14 anos, a festa de cunho religioso em homenagem à Nossa Senhora dos Navegantes, na cidade de Porto Rico é atração constante do calendário turístico regional, para a qual acorrem milhares de visitantes entusiasmados com a originalidade e com a magnificência de um espetáculo quase místico.

Organizada pela Colônia de Pescadores e contando com os auspícios da Prefeitura Municipal, caracteriza-se esta homenagem à padroeira daquela comunidade, pela oportunidade que proporciona a todos que para ali demandam no dia 19 de setem-

bro, de melhor conhecer as potencialidades econômicas da região e a beleza ainda selvagem das ilhas, das praias e das paisagens do Rio Paraná em Porto Rico.

O ponto culminante da festa é realmente, a procissão em honra à padroeira, Nossa Senhora dos Navegantes, quando, centenas de barcos, conduzidos pelos seus proprietários, na maioria humildes pescadores habitantes das ilhas que pontilham o fabuloso "Paranazão", formam um séquito acompanhando a imagem da santa ao seu altar, edificado em uma linda capela em forma de barco.

Sugerimos porisso, à PARANATUR, a inserção dessa festa no calendário turístico do Paraná, pois acreditamos que uma maior divulgação em torno da mesma, a tornará conhecida em todo o estado, em todo o Brasil, com os reflexos altamente positivos para a incrementação do turismo no Noroeste do Paraná, alheio até o momento, de quaisquer providências nesse sentido, por parte dos órgãos governamentais.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 156/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado, no município de Telêmaco Borba, o Distrito Administrativo de Imbaú, com divisas constantes da Lei Municipal nº 58, de 16 de agosto de 1966.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1975.

a) FABIANO BRAGA CORTES

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Imbaú, no município de Telêmaco Borba, vem apresentando nos últimos anos, um grande desenvolvimento comportando plenamente a sua elevação à categoria de Distrito.

Os dados relativos ao distrito de Imbaú, encaminhado pela Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, que anexamos ao presente, nos dão conta de que estão preenchidas todas as exigências legais para a sua criação.

Nestas condições, é que apresentamos o presente Projeto de Lei, que temos a certeza contará com o apoio dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis, e que representa o anseio da população local.

O SR. PRESIDENTE — Esta finda a hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, primeiro orador inscrito.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL (Lendo):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados".

O recente empréstimo concedido pela Caixa Econômica Federal ao mesmo Estado - o Paraná, alcança o montante de 340 milhões de cruzeiros, cujo objetivo visa a construção de 161 bibliotecas e mil e 22 salas de aula. Trata-se, sem sombra de dúvida, de apoio sobejamente útil que o referido organismo financeiro presta, mais uma vez, para o aprimoramento da estrutura do Paraná em prol de seu eficiente atendimento social.

Ademais, o próprio Governador deste próspero Estado, Jayme Canet Junior, foi explícito ao declarar que esse tipo de apoio da Caixa Econômica Federal é de fundamental significado para um desenvolvimento integral e harmônico."

Ora, como a administradora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, a Caixa Econômica Federal atendeu religiosamente as necessidades do Estado com o financiamento que

acabou de conceder, levando avante uma importante tarefa com que foi incumbida pelo Governo Federal.

Além disso, até o presente momento quase 600 pedidos, totalizando uma importância superior a 11 bilhões de cruzeiros, já foram encaminhados ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Caixa Econômica Federal já está procedendo o credenciamento de financeiras interessadas em operar com a sua faixa de refinanciamento. Semelhante credenciamento torna possível que as financeiras possam encetar operações com recursos concedidos pela Caixa, por um processo isento de espera e formalidades burocráticas.

Com este prático sistema de operações, basta que as financeiras já credenciadas junto à Caixa Econômica Federal assinem o contrato aditivo para, logo em seguida, iniciar atividades em seu campo de ação.

Concluindo, não posso deixar de expressar a minha admiração pela concessão de 340 milhões de cruzeiros às necessidades prementes do Paraná, graças ao tirocinio e espírito aquilado do Sr. Carlos Rischbieter, Presidente da Caixa Econômica Federal, que acabou de atender, mais uma vez, o que era para o Paraná indispensável.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, segundo orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos, neste instante parabenizar-mo-nos com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, quando da recepção de mais de 12 prefeitos do norte pioneiro, dando a esses prefeitos, trabalhadores dinâmicos, a esperança e o alento de um trabalho de grande envergadura, em prol do Paraná e de sua gente, principalmente, de nossa terra, onde o Governo do Estado, representado por S. Exa. o Sr. Governador, transmitiu àquelas autoridades, a sua euforia, o seu otimismo, para o futuro, para o ano de 76, quando grandes metas hão de ser realizadas em consonância com os governos municipais, estadual e federal.

É neste instante que queremos também participar, humildemente, ao lado daqueles prefeitos de nossa região, que hão de trabalhar em benefício do Paraná.

(LENDU): "Visando o atendimento eficaz de doentes mentais, desprovidos de recursos necessários para um tratamento adequado, a Secretaria de Saúde do nosso Estado - o Paraná, está ultimando os preparativos à inauguração em Curitiba do moderno Pronto Socorro Psiquiátrico.

Apesar de pertencer à Fundação Hospitalar do Paraná, o Pronto Socorro permanecerá sob a supervisão direta do Departamento de Saúde Mental, da Psata da Saúde.

Ora, semelhante realização está englobada no plano "Objetivos e Metas de Desenvolvimento" da atuante Administração Jayme Canet que tenciona o aperfeiçoamento de níveis de saúde mediante adequados serviços de medicina preventiva promocional.

Assim sendo, o Pronto Socorro Psiquiátrico, que está sendo implantado junto ao Hospital Oswaldo Cruz, possuirá vinte leitos e atenderá diuturnamente todo e qualquer doente a ele encaminhado. Durante um prazo de 72 horas, o paciente será submetido aos primeiros cuidados, e, logo em seguida, ficará internado para receber o tratamento especializado.

Uma equipe de alta peritagem profissional, integrada por 6 médicos e 12 dos melhores acadêmicos de Medicina selecionados em concurso, já foram designados para levar a cabo semelhante tarefa de relevante alcance social.

Enquanto isso, o sistemático deslocamento de abnegados discípulos de hipócrates pelo interior do nosso Estado, representa uma verdadeira obra prima da Secretaria da Saúde, pois em apenas 35 dias vacinaram todo o Paraná contra a meningite. Além disso, em

Cornélio Procópio, o próprio titular da Pasta de Saúde, Arnaldo Busato, distribuiu 1.100 quilos de alimentos, 30 caixas de leite em pó, equipamentos para os Postos de Saúde da região, e ainda, móveis e aparelhos domésticos.

Já em Porecatu, foi encerrado recentemente o Curso de Socorristas Rurais concomitantemente com a entrega de certificados e bolsas às 23 parteiras que completaram o aprendizado das tarefas básicas de higiene e saúde na realização de partos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em consequência de vários convênios já assinados, serão construídos brevemente 5 Centros de Saúde e 7 Unidades Sanitárias para beneficiar nada menos do que 12 municípios do nosso Estado.

Ademais, o Governador do Paraná já foi cumprimentado por inúmeros prefeitos do interior do nosso Estado, pela linha de ação que está imprimindo à sua administração, tendo sempre como meta principal o homem.

E o que vemos é o Secretário de Saúde, trabalhando diuturnamente em favor do Paraná e sua gente, com respaldo em um dos maiores governadores que a ARENA teve, que é o Sr. Jayme Canet Junior. Entre os grandes governadores da ARENA, Jayme Canet Junior está se impondo pelo seu otimismo para o Paraná. Qualquer benefício para o Paraná e sua gente.

São milhares de salas de aulas que estão para ser implantadas pelo Paraná; são os próprios do Estado que estão sendo reformados com o dinheiro do Estado em consonância com as prefeituras.

Portanto, aqui vemos a Arena trabalhando em benefício do Paraná e de sua gente". (SEM REVISÃO DO ORADOR).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelelino Tolentino, terceiro orador inscrito.

O SR. FIDELCINO-TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para, primeiro, comunicar aos nobres Deputados, que, consoante as publicações já empreendidas por todos os setores de divulgação do Estado, Cascavel estará expondo o que produz toda aquela região nos dias 13 e 21 de dezembro.

Por este motivo transmito o desejo da comunidade do oeste do Paraná aos Srs. Parlamentares e a todos aqueles que se interessam pelos produtos paranaenses, agro-industrial e pastoril, para que se dirijam à nossa cidade de Cascavel e vejam a exposição que será realizada nos dias a que me referi, isto é de 13 a 21 de dezembro.

Por outro lado, pedimos o consenso dos Srs. Deputados que aprovem, se assim entenderem, o requerimento de nossa autoria juntamente com o Deputado Lineu Turra, no sentido de fazer um apelo ao DNER, a esse DNER que criando uma polêmica sobre a BR-116, não só no Estado do Paraná, como nos demais estados do sul, no sentido de que se construa tempestivamente um viaduto na BR-369 que corta o perímetro urbano da cidade de Corbélia, na região oeste do Paraná.

Com respeito a BR-116 temos observado que a imprensa tem noticiado, com frequência, as divergências criadas pelo DNER e pelo Ministério dos Transportes.

O Ministério dando conta de que a segunda via desta artéria seria construída em 76 ou até 76.

Recentemente a imprensa publicou, deixando perplexo todo o sul do país, que a rodovia só seria viável em 1978.

Hoje, "O Estado do Paraná", publica que a rodovia não é viável à conclusão dizendo que o assunto é delicado, entre aspas "nota distribuída quem sabe pelo DNER".

É sabido, da prioridade indiscutível desta rodovia, é sabido que as autoridades divergem no que seja prioridade de conclusão e de ultimização de obras.

Toda a população que se serve destas estradas, os setores de transportes, todos os setores responsáveis pela economia do sul do país tem reclamado insistentemente. Só as autoridades

não percebem a necessidade, e falam aqui de que esta duplicação os projetos estariam sendo concluídos, quando, se verifica, nas viagens que se fazem a São Paulo, que as máquinas já estão trabalhando e em fase adiantada.

Não se compreende o que se quer dizer, se, o DNER desconhece, ou se aqueles trabalhos não estão sendo realizados para a duplicação.

Então se impõe que se faça um atendimento entre o DNER, e o Ministério dos Transportes, e se defina de uma vez por todas para se trazer não somente um esclarecimento, mas uma satisfação à opinião pública do sul do país.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença neste plenário, do Professor Purpar, Magnífico Reitor da Universidade de Maringá; do Sr. Athaide Maranhão, Vereador da Câmara Municipal de Terra Boa; do Sr. Atilio Zancar, Secretário do Sindicato Rural de Terra Boa e do Sr. José Antunes Ferreira, Vereador de Santo Antonio da Platina.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, primeiro orador inscrito, no Grande Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos nesta tarde trazer ao conhecimento desta Casa um fato que não é desconhecido dos Srs. Deputados, mas um fato que se desconhece na função pública, principalmente da Secretaria da Educação e Cultura deste Estado.

Aproveitando o ensejo da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga neste Estado do Paraná as coisas relacionadas à educação, iremos no dia de hoje trazer alguns subsídios aquela Comissão.

Neste interior do Estado, em todos os grupos escolares deste Paraná, autorizadas às vezes por amizade de funcionários da Secretaria, outras vezes autorizadas pelo Secretário, comparecem nos grupos escolares deste Paraná, comissões de gente vendendo o que não existe; comparecem eles em estabelecimentos oficiais do nosso Estado, arguindo as Srs. professoras, quais seriam as que teriam a oportunidade de querer um empréstimo, a ser concretizado num espaço mínimo de tempo.

Para efetuar este empréstimo, estes cidadãos fazem estas professoras preencherem um formulário, tornando-se sócias de uma organização financeira, falando de que, no prazo mínimo de 60 ou 90 dias as professoras deste Estado, mal assistidas pelo Governo de pagamento, carentes em recursos entram, quase a totalidade, como sócias desta organização, quando apressam 60 ou 90 dias, o empréstimo aventado, na hora da organização mandar um memorandum à Secretaria para que ela autorize o desconto efetivo no pagamento do vínculo de sócio da organização, passam 30, 40, 60 dias e o desconto permanece documentado.

Nesta oportunidade, queremos esta Comissão de Inquérito aí instalada no setor de educação, tivesse assim um dos seus atos de participação, que não é nossa, que é das professoras deste Estado, do interior, fossem atendidas para que não fique pagando aquilo que não lhe traz benefício algum.

Neste Paraná, onde os senhores passam diariamente, onde as famílias dos brasileiros que aqui transitam também passam, indagamos de viva voz e queríamos a resposta dos técnicos deste Estado: qual seria a única ponte que está situada realmente em linha reta?

De Ponta Grossa a Curitiba, o rio Tibagi. De Ponta Grossa a Guarapuava, outros rios. De Guarapuava a Foz do Iguaçu, inúmeros outros rios que ali existem.

Se fizermos um coeficiente de acidentes de trânsito em nossas rodovias, verificaremos que além da falha humana, além

da falta de responsabilidade de alguns motoristas, do Paraná e do Brasil, um grande coeficiente está configurado na ineficiência técnica dos construtores principalmente dos técnicos do DNER, e do DER.

Esta aí o novo plano rodoviário a ser implantado no Paraná.

Nas regiões circunvizinhas de nossa Capital, diariamente estão sendo noticiados acidentes de trânsito verificados exatamente em cima de pontes construídas nas estradas de rodagem.

Sr. Presidente, ao encerrarmos nossa participação nesta tarde queremos, ao concluir, dizer que realmente as sras. professoras do interior teriam nesta Comissão, o seu respaldo e, principalmente, os seus direitos respeitados.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproxima-se o fim de mais um ano, quando o corre-corre na estrada para a faculdade para os cursos universitários, preocupa centenas de milhares de pessoas, jovens e até velhos que procuram o aprimoramento de suas culturas.

Verificamos acima de tudo que cada ano que passa, a inteligência passa a ser vendida mais cara, e a cultura parece colocar à frente daqueles que pretendem se desenvolver, a falta de condição para que eles penetrem no campo do saber.

No instante em que o Paraná através dos seus representantes nesta Casa, através da Assembléia, presta um trabalho de CPI para verificar o que vai de errado pelo Ensino do nosso grande Estado da Federação.

Recentemente, conversando com alguns elementos que pretendiam fazer o vestibular na Faculdade de São Carlos em São Paulo, uma das grandes faculdades daquele Estado, verificamos que, pelo menos, 40 por cento daqueles elementos não teriam condições econômicas para ingressar naquela faculdade.

Porque, além das distâncias que os separam de suas residências à faculdade, terá o aluno da Faculdade de Direito que arcar com uma anuidade de que corresponde à quase (sete) 7 mil cruzeiros, sem contar as taxas de matrícula e outras despesas e material didático.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, podemos dizer, em sem ter medo de errar, que, no Brasil, a cultura é tão cara quanto é caro o pão, quanto é caro o transporte, o produto estatal, a gasolina que está a quase 4 cruzeiros o litro.

No Brasil tudo é caro; tudo é difícil.

Mas, estamos preparando um projeto de lei, projeto que talvez a Comissão de Constituição e Justiça argua de inconstitucional, porque envolve economia.

Já disse aqui algumas vezes e continuo a repetir, basta irmos à estação rodoviária de Curitiba, principalmente na parte da manhã, quando há afluxo de chegada dos coletivos do interior:—

É o povo que abandona o interior e vem para a Capital, procurando melhorar, dando assim mais condições para a proliferação do problema social.

Porque se o produto bruto nacional, se a produção que os brasileiros alcançam todos os dias, todos os meses e todos os anos, nos mais diversos setores da atividade humana deste País, fosse dividida com justiça pelos seus produtores, aqui não haveria pobreza, aqui não haveria miséria nem portas das faculdades fechadas aos menos favorecidos pela sorte.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, iremos dar entrada nesta Casa de um projeto de lei que pede ao Executivo estadual que autorize, ou melhor, que pede ao Governador do Estado que conceda através de recursos constantes do orçamento e principalmente da dotação destinada à educação e cultura, 50 por

cento das obrigações para pagamento da taxa de matrícula de anuidade nas universidades para os funcionários públicos.

Vamos propor, através deste projeto de lei, em que haveremos de justificar pela pesquisa que fizemos sobre o fato, que o Estado corresponda com o pagamento de 50 por cento das taxas, determinadas pelos cursos universitários, sejam eles federalizados ou particulares.

Acreditamos e temos certeza de que nosso projeto ora anunciado há de ser aprovado por todos os Deputados desta Casa porque sabemos a responsabilidade de cada um, neste ou naquele partido.

Era isso, Sr. Presidente, que queríamos trazer ao conhecimento, no Grade Expediente de hoje.

Muito Obrigado.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, quarto orador inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Atendendo disposição do decreto baixado recentemente pelo Presidente Geisel, concedendo indulto a presos que deverão estar em liberdade em fins do presente ano e início de 1975, a Secretaria da Justiça do Paraná já elaborou um Projeto de Atendimento Emergencial ao Indultado, numa experiência inédita em toda a Legislação Penal Brasileira. Assim sendo, nenhum presidiário ficará sem alimentação, abrigo ou trabalho.

Trata-se realmente de uma idéia original e pioneira que, nada mais nada menos, é oriunda do espírito criativo do próprio Secretário de Justiça de nosso Estado.

Para levar à cabo semelhante tarefa de indiscutível alcance social, uma reunião teve lugar em dias passados entre o titular daquela Pasta e os representantes de várias comunidades religiosas, ocasião em que foi lançado em caráter oficial a "Operação Indulto".

considero a Operação Indulto uma verdadeira dinâmica socio-humanitária em profundidade, um imenso passo à frente, visando a eficiente readaptação do ex-delinquente ao meio comunitário.

Era o que eu tinha a dizer."

O SR. PRESIDENTE — Esta é encerrada a Hora do Expediente.

PASSA-SE À

ORDEM DO DIA.

com a presença de 48 Srs. Deputados.

A Mesa assinala a presença em nosso plenário, do Sr. Domingos Rodrigues O. de Oliveira, Prefeito Municipal de Carlópolis e Sr. Wilson Pereira Martins, Prefeito Municipal de Abatiá e Sr. Adésio Toledo, Vice-Prefeito de Abatiá.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, necessita de apoio. — Aprovado — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 116/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 234/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Diamante do Norte, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. parecer FAVORÁVEL da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 117/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 238/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Paranavai, objetivando execução de reparos em próprias estaduais conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 118/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 243/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Joaquim Távora, objetivando execução de reparos em prédio estadual conforme específica. — Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 119/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 248/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Mallet, objetivando execução de reparos em próprio estadual conforme específica. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 120/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 254/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de São Jorge do Oeste, objetivando execução de reparos em próprios estaduais conforme específica. — Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 121/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 255/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o Município de Jundiá do Sul, objetivando execução de reparos em próprios estaduais conforme específica. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 122/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 258/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Lobato, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, conforme específica. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado artigo, por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 145/75, de autoria do Dep. Ernesto Gnoato, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Muçulmana do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ. — Em regime de Urgência.

Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 123/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 260/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Sengés, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 123/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 1º de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Sengés, objetivando-se a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Presidente Costa e Silva, o Grupo Escolar Erasmo Braga e na Unidade Sanitária, da sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
a) DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 260/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais o Termo de Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Sengés, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Presidente Costa e Silva o Grupo Escolar Braga e na Unidade Sanitária, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendo, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
a) DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 124/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 261/75 que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Santa Cecília do Pavão, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 124/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Santa Cecília do Pavão, objetivando-se a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Deolindo Correia de Mello, Ginásio Estadual Jerônimo Farias Martins, e o Grupo Escolar Antonio Carlos Gomes, da sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente.
a) DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 261/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 03 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Santa Cecília do Pavão, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Deolindo Correia de Mello, Ginásio Estadual Jerônimo Farias Martins e o Grupo Escolar Antonio Carlos Gomes, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendo, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os Termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em

tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
a) DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 125/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 262/75 que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Colorado, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 125/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 10 de setembro de 1975, entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração, e o município de Colorado, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual e o Grupo Escolar Luiz Schleder, da sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 262/75

Mensagem do Governo do Estado, transformada na presente Proposição, encaminha cópia de Convênio celebrado em 10 de setembro de 1975, pelo Governo, através da Secretaria da Administração, com o município de Colorado, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual e o Grupo Escolar Luiz Schleder, da sede do referido município.

Cumpre, assim, o Senhor Governador a determinação constitucional contida no item VII, do artigo 22, da Constituição Estadual.

Pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 126/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 264/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Salto do Itararé, objetivando execução de reparos em prédio estadual conforme. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 126/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 02 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Salto do Itararé, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funcio-

na o Grupo Escolar Eugênio de Carvalho, da sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
a) DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 264/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio, celebrado em 02 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Salto do Itararé, visando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Eugênio de Carvalho, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de Convênios, ad referendo, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável à Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
a) DÁCIO LEONEL — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Estevão Skorek, ocorrido no município de Dois Vizinhos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela criação da Sociedade Educacional Centro-Norte do Paraná — SECENP, visando a formação da futura Universidade Católica do Norte do Paraná, com sede em Arapongas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar a imediata sustação de todos os executivos fiscais em andamento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o regime de urgência para o Projeto de Lei nº 62/75. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Sionismo e Racismo", de autoria do Sr. Iberê de Mattos, publicado no jornal "O Estado do Paraná". — **Aprovado. (O artigo acha-se publicado no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança, no sentido de que sejam tomadas medidas punitivas contra os criminosos no caso dos "fetos" que são encontrados nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Regional do Funrural, reiterando apelo formulado através desta Casa, no sentido de ser restabelecida a Representação do Funrural, na cidade de Palmeira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Sr.

Deputado Fernando Gama, da representação paranaense na Câmara Federal, pela sua posição e iniciativa para criar CPI no sentido de investigar o comportamento do BNH, com relação ao sistema de habitação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da PARANATUR, no sentido da inclusão das solenidades e festejos de Nossa Senhora dos Navegantes, que vem sendo realizadas anualmente na cidade de Porto Rico, no calendário turístico paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes, ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Sr. Diretor do DNER, encarecendo seja construído um viaduto na BR-369. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo, pela fundação da Associação das Emissoras de Rádio Difusão do Paraná, em Foz do Iguaçu, quando estiverem presentes representantes de mais de cinquenta emissoras do Estado. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 120/75, 121/75, 122/75, 145/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 123/75, 124/75, 125/75, 126/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 69/75, 114/75, 124/75 e 152/75.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DAVID FEDERMANN, EM SESSÃO PLENARIA DO DIA 25/11/75.

SIONISMO E RACISMO

Cumprindo o prometido em meu último artigo volto ao assunto e desta vez para esclarecer aos leitores sobre o que é realmente sionismo e a impossibilidade absoluta de ser confundido com qualquer forma de racismo.

Preliminarmente, a palavra sionismo se deriva de Sion - antigo nome de Jerusalém e de um monte que lhe deu o nome - e o sionismo era uma convicção religiosa sobre a volta à terra natal. Em 1897 esse movimento passou a ter um caráter político e nacionalista como iniciativa de

Theodor Herzl, um jornalista austríaco, de origem judaica, que mobilizou intelectuais, políticos e financistas, organizando o Primeiro Congresso Sionista, na Basileia. Nesse congresso foram determinados os objetivos a serem atingidos pelo movimento sionista, que eram a libertação nacional do povo judeu, através da sua fixação em Estado próprio na sua pátria histórica, como um refúgio contra as perseguições e também como centro de renovação da cultura e civilização judaicas. Essa definição é absolutamente autêntica, e tudo o mais que se disser não passará de campanha desvirtuadora e difamatória. Resumidamente o

sionismo é um movimento, que visa o renascimento nacional judaico em um país próprio. Não é um movimento contra ninguém ou contra alguma coisa, e sim a favor de uma justa reivindicação. É uma atitude de defesa contra uma absurda discriminação originária de conceitos fanáticos de ordem religiosa, hoje totalmente superados pela tendência mais progressista do cristianismo. Nesse ponto reside a diferença fundamental que torna opostos os objetivos do racismo e do sionismo. O racismo é essencialmente um sentimento de ódio contra determinados grupos étnicos, manifestado através de atitudes agressivas ou de desprezo. Os racistas consideram inferiores as etnias vítimas de seu ódio, como é o caso do racismo nos Estados Unidos e África do Sul. O exemplo mais claro de racismo foi dado pela Alemanha nazista que concentrou sua agressividade nos judeus e horrorizou o mundo com o monstruoso genocídio dos campos de concentração. Isto sim, é racismo.

Quando um povo se torna vítima de preconceitos inspirados numa mentira, como a crueldade divulgada, durante tanto tempo, pelas religiões cristãs, que hoje já se penitenciaram do erro cometido, e, em consequência,

decide se unir e somar esforços para se libertar de uma injusta perseguição, está tomando uma atitude de defesa. Está abraçando uma causa que significa a sobrevivência de seu povo. Isso sim, é sionismo.

O racismo é caracterizado pelas perseguições às vítimas de seus ódios. O sionismo é uma atitude de defesa dos que foram perseguidos. Confundir essas duas coisas é o mesmo que considerar ofensiva e defensiva como palavras sinônimas.

Sionismo é o movimento para estabelecimento e preservação de um lar judaico. Racismo é a destruição imposta aos lares dos que são vítimas de ódios raciais. O racismo agride. O racismo violenta os mais mezinhos princípios de respeito à dignidade humana. O sionismo prega o respeito a um elementar direito do homem, e que não pode ser negado, que é o de ter uma pátria. O sionismo, iniciado em 1897, teve sua primeira grande vitória em 02 de novembro de 1917, com a Declaração Balfour, pela qual o governo britânico reconhecia o direito judeu ao estabelecimento de um lar nacional na Palestina. Em consequência, a Liga das Nações, outorgou ao Reino Unido o mandato na Palestina, especificamente com a obrigação de cumprimento da decisão tomada.

Com isso deveriam ter sido atingidos os objetivos do sionismo e não haveria guerra no Oriente Médio, porque, em 1918, o grande líder judeu Chaim Weizmann conseguiu do emir Faisal, xerife de Meca, uma declaração conciliatória em que aceitava o princípio do lar nacional judaico. Estou até agora citando fatos colhidos nos relatos históricos, mas sou obrigado a concluir, numa análise pessoal desses fatos, que a falta de palavra dos

ingleses foi causa de todas as lutas que surgiram posteriormente. Numa atitude, até hoje não esclarecida, e sem que fossem respeitadas as determinações da Liga das Nações, os ingleses decidiram criar, em 1920, o emirado da Transjordânia, como reino árabe hachemita independente, alterando a área reservada à pátria judaica. Essa manobra, fatal para os destinos do Oriente Médio, foi articulada por alguém que viria a ser, no futuro, um grande líder, Winston Churchill, na ocasião Secretário das Colônias.

Ao invés de cumprir a missão que lhe fôra atribuída pela Liga das Nações, a Inglaterra praticamente estimulou as resistências árabes, passando mesmo a hostilizar os judeus e a impedir o estabelecimento do lar judaico. Evidentemente, com esse apoio, os árabes, que já haviam se conformado, passaram a uma fase de reivindicações e, mais tarde, de hostilidades. Na minha opinião, as divergências foram criadas pelos ingleses, que tumultuaram o clima de conciliação de interesses, existentes a partir de 1918 graças à habilidade de Chaim Weizmann, Chaim, que se conformou com a perda da Transjordânia. O doloroso é que a atitude da Inglaterra foi ditada por mesquinhos interesses econômicos e a motivação era o petróleo do Oriente Médio. Ela se comprometera, perante a Liga das Nações, a entregar aos judeus um território que antes estava sob domínio dos turcos, vencidos na 1ª Guerra Mundial, mas foram para lá e não

quiseram sair. Desejava, acima das promessas feitas, consolidar o seu domínio sobre toda a região que abrangesse ou cercasse os depósitos petrolíferos, e, para isso, não hesitou em aparentar ser a defensora dos interesses árabes, quando, na realidade, patrocinava as investidas gananciosas dos trustes internacionais. Ouso afirmar, e com convicção absoluta, que, se não houvesse petróleo no Oriente Médio, no máximo em 1920 estaria vigorando o acordo entre árabes e judeus, e iniciado o processo de estabelecimento do Estado de Israel, sem nenhuma luta ou somente com pequenas resistências removíveis pacificamente. Se não houvesse petróleo na região, os judeus já teriam atingido os objetivos preconizados pelo sionismo, e hoje teríamos a convivência pacífica de judeus e árabes. O lar nacional dos judeus já deveria ter mais de meio século de existência e o ideal sionista de renovação da cultura judaica, num clima de paz, já teria proporcionado, inestimáveis benefícios para a humanidade. Tudo isso aconteceria se não houvesse petróleo no Oriente Médio e se não prevalecessem os interesses dos trustes internacionais contrários ao estabelecimento do Estado de Israel. Continuarei a analisar os motivos secretos, ou não reveláveis, de tantos acontecimentos escabrosos que vêm obstaculando a paz no Oriente Médio, na minha próxima colaboração. Correspondência para: Av. Munhoz da Rocha, 263 - Curitiba - PR Tel. 52-3536".